



## **Domingo de Bouvines: reflexões sobre uma narrativa histórica**

### **The Battle of Bouvines: reflections on a historical narrative**

### **El Domingo de Bouvines: reflexiones sobre una narrativa histórica**

DOI: 10.55905/revconv.17n.6-021

Originals received: 05/03/2024

Acceptance for publication: 05/24/2024

**Gabriella Sontag**

Mestranda em História

Instituição: Universidade Estadual de Maringá

Endereço: Maringá – Paraná, Brasil

E-mail: gabysontag@gmail.com

#### **RESUMO**

O artigo explora as inovações de Georges Duby na narrativa histórica através de sua obra "Domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214". Duby redefine a abordagem das guerras e batalhas medievais, não apenas examinando estratégias militares, mas também analisando o contexto e motivações por trás dos combates. Ele compara relatos de diversas fontes sobre a Batalha de Bouvines, situando-os dentro do contexto social e mentalidade medieval. Ao fazê-lo, Duby se distancia da abordagem positivista e adota uma perspectiva da Nova História, enquanto narra um Grande Acontecimento de forma cronológica, destacando a figura do rei Filipe como um Grande Personagem. O artigo contrasta a abordagem de Duby com a narrativa positivista de batalhas, utilizando a obra de E. S. Creasy, "The Fifteen decisive Battles of the World: From Marathon to Waterloo". Creasy, seguindo a escola positivista, narra os eventos de forma tradicional, sem aprofundar-se nas nuances do contexto e da mentalidade medieval. Assim, o artigo examina as diferenças na narrativa histórica entre as duas vertentes historiográficas, destacando as contribuições de Duby para a história narrativa contemporânea.

**Palavras-chave:** medieval, batalhas, narrativa, positivismo.

#### **ABSTRACT**

The article explores Georges Duby's innovations in historical narrative through his work "The Legend of Bouvines: War, Religion and Myth in the Middle Ages". Duby redefines the approach to medieval wars and battles, not only examining military strategies but also analyzing the context and motivations behind the conflicts. He compares accounts from various sources about the Battle of Bouvines, placing them within the social context and medieval mentality. In doing so, Duby distances himself from the positivist approach and adopts a perspective of the New History, while narrating a Great Event chronologically, emphasizing the figure of King Philip as a Great Character. The article contrasts Duby's approach with the positivist narrative of battles, using E.S. Creasy's work, "The Fifteen decisive Battles of the World: From Marathon to Waterloo". Creasy, following the positivist school, narrates events in a traditional manner, without delving into the nuances of the medieval context and mentality. Thus, the article



examines the differences in historical narrative between the two historiographical approaches, highlighting Duby's contributions to contemporary narrative history.

**Keywords:** medieval, battles, narrative, positivism.

### RESUMEN

El artículo explora las innovaciones de Georges Duby en la narrativa histórica a través de su obra "El Domingo de Bouvines: 27 de julio de 1214". Duby redefine el enfoque de las guerras y batallas medievales, no solo examinando estrategias militares, sino también analizando el contexto y las motivaciones detrás de los combates. Compara relatos de diversas fuentes sobre la Batalla de Bouvines, situándolos dentro del contexto social y la mentalidad medieval. Al hacerlo, Duby se aleja del enfoque positivista y adopta una perspectiva de la Nueva Historia, narrando un Gran Evento de forma cronológica y destacando la figura del rey Felipe como un Gran Personaje. El artículo contrasta el enfoque de Duby con la narrativa positivista de batallas, utilizando la obra de E.S. Creasy, "The Fifteen decisive Battles of the World: From Marathon to Waterloo". Creasy, siguiendo la escuela positivista, narra los eventos de forma tradicional, sin profundizar en las nuances del contexto y la mentalidad medieval. Así, el artículo examina las diferencias en la narrativa histórica entre las dos corrientes historiográficas, resaltando las contribuciones de Duby a la historia narrativa contemporánea.

**Palabras clave:** medieval, batallas, narrativa, positivismo.

## 1 INTRODUÇÃO

Georges Duby, consagrado autor medievalista, inaugura uma nova forma de narrar guerras e batalhas em sua obra "Domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214", onde ele não apenas se preocupa com as estratégias militares e movimentações das tropas, mas, principalmente com o contexto e motivações para o combate, bem como se dedicando a comentar aspectos importantes para a mentalidade medieval no que tange a questões relacionadas a guerra e combates.

Nesta obra, Duby vai apresentar relatos de diversas fontes a respeito da Batalha, comparando-os entre si e utilizando-os como base para seus comentários a respeito da sociedade e mentalidade medievais. Ao não apenas apresentar o relato da fonte e investigar a veracidade dos fatos, mas situando a construção da narrativa, a forma como a batalha e seus personagens foram descritos, em devido contexto, ele se afasta dos historiadores da escola positivista e se insere na Nova História. Ao mesmo tempo, ele faz algo que a Escola dos Annales rejeitava até o



momento, narra um Grande Acontecimento, de forma cronológica e dá ênfase na figura do rei Filipe, um Grande Personagem.

Neste trabalho buscaremos mostrar um pouco das inovações de Duby na história narrativa atual, e também a narrativa positivista de uma batalha, buscando apresentar a diferença na forma de lidar com a narrativa na história de acordo com as duas vertentes historiográficas. Para isso, será utilizada a obra de E. S. Creasy, “The Fifteen decisive Battles of the World: From Marathon to Waterloo”, na qual o autor, ainda no século XIX, vai narrar os acontecimentos de acordo com a escola vigente, a Positivista.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

No século XIX a história se consolidou como ciência acadêmica, disputando espaço na academia com as ditas ciências ‘duras’, matemática, química, física. Nesse contexto, ela precisou se provar tão metódica e analítica quanto estas que baseavam seus modelos em observação e experimentos, e para isso, se entendia que o historiador não deveria aparecer no processo histórico, se afastando da narrativa e deixando que o documento falasse por si só.

José Carlos Reis (1996) discute a respeito da Escola Metódica, dita Positivista, que surgiu no século XIX, e aponta que, segundo esta linha historiográfica, o historiador deveria se concentrar unicamente nos eventos, que eles eram responsáveis por expressar a individualidade de cada período histórico. Os documentos utilizados deveriam ser fontes escritas, nenhum outro tipo era facilmente aceito, e estes deveriam vir de meios oficiais, como o governo, a corte, tribunais. Outro fator fundamental para esses documentos utilizados pelos historiadores metódicos era que os documentos deveriam ser ‘reais’, ou seja, não serem ficção ou mentiras, portanto romances e outros tipos de narrativas de ficção não eram considerados fontes para a história. Até mesmo documentos como a Doação de Constantino, documento que legava à Igreja Católica bens que pertenciam ao Império Romano, deixaram de ter validade historiográfica, já que não importava a esses historiadores as razões de que esse documento fora forjado, e sim o fato de que ele era falsificado.

Os fatos, na história positivista, estavam dados nos documentos, e o que o historiador poderia interpretar era irrelevante, eles existiam de forma objetiva e deveriam aparecer dessa forma no trabalho historiográfico. A razão do trabalho do historiador era selecionar quais fatos



deveriam ser narrados, os eventos que fossem relevantes, e assim se tornou comum que apenas Grandes Acontecimentos e Grandes Personagens fossem considerados como importantes para a história, excepcionalmente eventos políticos, religiosos, diplomáticos e administrativos (Reis, 1996).

O contraponto à história positivista surgiu com a Revista dos Annales, dirigida pelos historiadores franceses Marc Bloch e Lucien Febvre, que criaram uma nova forma de fazer história e revolucionaram a historiografia, não à toa, o historiador Peter Burke intitula seu livro a respeito da Escola dos Annales como a “Revolução Francesa da Historiografia”.

As mudanças trazidas por Bloch e Febvre incluíam o diálogo com outras disciplinas, como a geografia, sociologia, linguística, e também passaram a dar importância à cultura e mentalidade. A principal mudança, entretanto, fora o surgimento da história problema, um método historiográfico diretamente oposto ao positivismo, que defendia que os documentos falassem por si só, nesse novo modo, o historiador deveria fazer questionamentos aos documentos, não apenas questionar o que aconteceu, mas também ‘como’ e ‘porquê’ (Burke, 1992).

A cultura e as mentalidades passaram a ser centrais na pesquisa historiográfica, a história política foi deixada de lado. Não importava mais que um fato ocorreu apenas no imaginário popular, a existência deste já demonstra que há fatores a serem investigados pela história, a obra dos “Reis Taumaturgos” de Bloch é um exemplo de como a cultura e mentalidade passaram a ser objetos de interesse da história. Outro ponto importante que mudou com a Escola dos Annales foi a expansão das fontes utilizadas, não mais apenas documentos escritos, oficiais e ‘verdadeiros’ eram considerados válidos, e a literatura, arte, arquitetura, entre outras fontes passaram a ser empregues na pesquisa histórica, mudando, assim, os rumos da historiografia pelo próximo século.

## 2.1 HISTÓRIA NARRATIVA

A história narrativa ficou com o estigma do positivismo, que apenas narrava os fatos sem aplicar uma crítica ou interpretação às fontes, a Escola dos Annales desde seu surgimento foi uma grande crítica à narrativa histórica, entretanto, para alguns autores contemporâneos, a história nunca perdeu sua característica narrativista.



Roger Chartier afirma que toda história é uma narrativa, que mesmo as fontes e acontecimentos presentes nelas são resultado de uma escolha, de uma linha de narrativa que o historiador estará montando ao longo de seu texto. Mesmo a história dos Annales, que criticava esse modelo, se utilizava, pois não há como escapar (Chartier, 2002).

Peter Burke (1992) crítica a forma como a escola francesa lidava com os acontecimentos, afirmando que ao se preocupar apenas com a estrutura, com o ordinário, se deixava de lado o que realmente mudava o mundo e as bases da sociedade, o extraordinário. Assim, os Grandes Acontecimentos não podem ser ignorados pelos historiadores com base em um preconceito contra a antiga escola Positivista. Entretanto, não se deve apenas retomar a narrativa da forma como era, uma sequência de fatos, as mas propõe utilizar dos novos meios de análise para incluí-la na pesquisa e no fazer-história, densificando-a com as estruturas tão trabalhadas nos Annales, com as intencionalidades, cultura, economia, etc.

Paul Ricoeur (2008), traz que, neste contexto do ressurgimento da narrativa na história, surgem autores que vão criticar e questionar se há alguma diferença entre a história e a história (history e story), entre a história narrada pelos historiadores e aquela escrita pelos autores de ficção. Entre esses, se destaca Hayden White, que afirmava que tanto a história quanto a literatura possuíam semelhanças como a construção de personagens, pontos de vista e perspectivas e partem de uma interpretação.

Mesmo que a história e literatura, realmente, compartilhassem esses traços citados, as áreas se diferenciam em seu sentido e objetivo. Paul Ricoeur (2008) defende que, mesmo que os historiadores usem de métodos literários em seu texto, eles vão se distanciar no que diz respeito ao objetivo da história e da literatura. A história busca uma verdade, mesmo que não uma verdade total e eterna, mas tem a pretensão de alcançar um tipo de verdade historiográfica, embasada em fontes documentais, que vão ser analisadas e discutidas a partir da percepção da realidade possível, enquanto a literatura é uma ficção criada pela mente do autor.

A história pode, e deve, se utilizar da narrativa, pois esta, por si só, não apresenta riscos ao processo historiográfico, entretanto deve ser utilizada de forma crítica, se lembrando de que a história não é literatura, e, mesmo sabendo que atingir um estatuto de verdade absoluta seja impossível nos moldes teóricos-metodológicos pelos quais a historiografia se constrói na atualidade, deve-se buscar atingir a verdade. Toda história vai estar imbuída de narrativa, seja esta a do historiador, a da fonte documental, ou mesmo a própria existência do documento, que



serviu a um propósito quando fora elaborado. O historiador deve estar ciente de que já é parte de uma narrativa, e, desta forma, lidar com isto da melhor forma possível.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao aceitar escrever uma obra que retrataria a Batalha de Bouvines, Georges Duby se colocou em uma posição de narrar um acontecimento, trabalho que, até o momento, os historiadores dos Annales se recusavam fortemente a realizar. O próprio autor afirma no prefácio da obra que seus colegas da Nova História se surpreenderam por ele ter aceitado realizar um estudo dos acontecimentos, mas que ele pensava que o acontecimento extraordinário denotava grande importância por conta de sua ressonância. Duby, inclusive, considera que a Batalha de Bouvines em si, o combate, não era a parte mais importante desse acontecimento, mas sim o fato de que até sua época ele era lembrado e ainda comemorado. Assim, sua intenção não é apenas narrar o acontecimento, e sim o situar criticamente em seu período e também na atualidade, afinal, se até seu tempo este guardou importância, logo, houve uma série de interesses que o mantiveram na memória popular e acadêmica.

Antes de trazer, de fato, a narrativa da fonte utilizada, Duby traz os personagens desse 'espetáculo'. Ele apresenta o cronista, Guilherme, o Bretão, que trabalhava na corte do Rei Filipe Augusto, rei este, outro personagem importante nesta narrativa, sendo ele a principal figura deste combate e protagonista da crônica, bem como outros elementos importantes, como os cavalos e cavaleiros. Outros personagens importantes apresentados pelo autor são João Sem-Terra, rei da Inglaterra, e Otto, imperador germânico.

Duby contextualiza o combate e os combatentes de acordo com a mentalidade do período e o imaginário das três ordens, apontando que a cavalaria era composta pela nobreza, pois estes, além de dinheiro para manter os cavalos, também tinham a autoridade e treinamento para utilizá-los em combate. Os cavaleiros eram os mais fortes guerreiros, já que dedicavam sua vida ao treinamento, enquanto os soldados recolhidos entre o povo, camponeses que participavam da guerra como pagamento ao seu senhor, por exemplo, muitas vezes não possuíam nenhum treinamento militar, e, por conta disso, eram mais sujeitos à ferimentos e morte no campo de batalha.



Nessa contextualização, Duby discorre sobre a vida de Filipe Augusto, sua idade já avançada para a época, seus casamentos, antigos empreendimentos políticos e militares, alianças, apresentando a figura do rei francês para os leitores. Da mesma forma, ele traz as raízes da Batalha, demonstrando como o conflito se iniciou com a disputa entre Filipe Augusto e o rei da Inglaterra e os territórios que Filipe retomou no início do século XIII. A disputa entre os dois reis se inicia quando Filipe retoma a Normandia, região da França que pertencia aos ingleses desde 1066, quando Guilherme, o Conquistador, duque da Normandia, se torna também rei da Inglaterra.

Edward S. Creasy, ao iniciar o capítulo que iremos analisar e comparar a estrutura narrativa com a de Duby, também traz os antecedentes da Batalha de Hastings, entretanto não a trabalha de forma crítica, mas faz apologia às ‘boas mudanças’ que Guilherme leva para os atrasados saxões. Apesar do positivismo buscar o apagamento do historiador, que este deveria deixar o ‘documento falar por si’, na realidade as considerações dos historiadores estavam presentes a todo o momento, quando Creasy aponta que a conquista normanda trouxe virtude para a Inglaterra, dando força à centralização monárquica, ele se mostra um nacionalista. A Inglaterra, país que ele nasceu e viveu, fora centralizada pelas políticas normandas, e, por conta disso, ele valoriza a conquista como trazedora de boas virtudes.

Um momento que deixa claro o pensamento de Creasy a respeito dos conquistadores normandos é na afirmativa:

“Os últimos conquistadores desta ilha também foram os melhores e mais corajosos. Não excluo nem mesmo os romanos. [...], devemos confessar a superioridade dos normandos em relação aos anglo-saxões e anglo- dinamarqueses.” (Creasy, 1882, p. 151)<sup>5</sup>

Creasy apresenta o conflito que deu origem à Batalha de Hastings, a sucessão do trono inglês após a morte de Edward, o Confessor. Sem filhos, Edward poderia indicar seu herdeiro, e se acreditava que o escolhido seria Guilherme da Normandia, assim, o Conde Harold pouco antes da morte do rei visitou o ducado e jurou lealdade à Guilherme, entretanto, não foi para Guilherme que o trono fora deixado, e sim para o Conde Harold, que, então, resolveu quebrar seu juramento para o manter. Por conta da quebra de juramento, Guilherme conseguiu o apoio do Igreja para a invasão da Inglaterra (Creasy, 1882, p. 154-155).

Nesta forma de narrativa, ainda que o historiador deixou claro que o motivo da legitimidade do clamor de Guilherme pelo trono inglês fosse por conta da quebra de lealdade, do



juramento feito sobre relíquias sagradas, ele não insere a problemática da importância deste juramento e de como quebra-lo era uma grande desonra, e mais que isso, também um pecado, já que o juramento fora feito sobre relíquias sagradas. A narrativa do estilo positivista não abordava a importância cultural e da mentalidade em questões que eram, essencialmente, vinculadas à cultura e moralidade. Fora por conta da quebra do juramento sagrado que o papa apoiara Guilherme na disputa.

Em uma situação semelhante, Georges Duby narra que Inglaterra e França estavam em guerra, para então discutir como a paz e a guerra eram vistas pela sociedade medieval. O autor insere a discussão a respeito da ‘Paz de Deus’ e também da ‘Guerra Justa’, elementos definidores da cultura da Idade Média, nas quais havia limitações impostas para a violência que os guerreiros poderiam executar. Mesmo durante a guerra, havia um código moral pelo qual os guerreiros deveriam ser guiados, os dias proibidos para matar, os períodos do ano como a Quaresma, em que as guerras eram proibidas. Também o pressuposto de que a guerra era uma forma de aumentar o reino de Deus na terra, buscando expandir as fronteiras da cristandade. Com esses apontamentos, Duby não apenas apresenta a narrativa da batalha, e sim, enriquece seu texto com contexto, conceitos, mentalidade e cultura, fazendo com que o leitor se situe no período.

Outra comparação possível entre as formas de narrativa que os dois autores empregam pode ser feita através da descrição da indumentária e armas utilizadas pelos guerreiros. Creasy descreve que:

“Os barões, os cavaleiros e os homens de armas estavam armados; os soldados de infantaria estavam bem equipados, cada um carregando arco e espada; suas cabeças estavam cobertas e nos pés usavam botas de amarrar. Alguns possuíam boas peles de animais, as quais eles usavam amarradas ao redor do corpo; muitos vestiam túnicas e tinham aljavas e arcos pendurados em seus cintos. Os cavaleiros usavam cotas e espadas, botas de aço e capacetes brilhantes;” (Creasy, 1882, p. 164).

Em seu detalhamento da vestimenta dos guerreiros, Creasy deixa claro suas roupas e armamento, entretanto não comenta sobre os motivos de haver diferentes tipos de trajes, porque uns usavam capacete e outros não, alguns usavam peles de animais e outros vestiam cota-de-malha. Sua intenção não é dar explicações, e sim apresentar a narrativa da batalha. Seu foco em todo o texto está na forma como o exército se movimenta, como se dão os embates e não nas questões como a diferenciação social através das indumentárias.

Georges Duby também traz no texto referência ao modo como se vestiam os combatentes:





“[...] equiparam-nos com o que tinham à mão; para proteger o corpo só têm polainas, um capote de pele, quando muito um elmo de ferro; são os que vão morrer. Quanto aos cavaleiros, nobres ou não, muitos ainda levam o velho elmo pontudo com o bordado de Bayeux, com larga proteção nasal, e abrigam-se como podem atrás do escudo para proteger dos golpes baixos os membros e o ventre. Só os ricos se cobrem bem. [...] Há príncipes que chegam a encourçar seus cavalos”. (Duby, 1993, p. 36).

Além de descrever os trajes, Duby demonstra como estes interferiam no combate. A questão financeira aparece como um diferencial entre os guerreiros, principalmente na questão de sobrevivência, quanto mais ricos, melhor poderiam se cobrir adequadamente, tornando, assim, mais difícil que uma espada ou outra arma atravessasse seu corpo. Os cavaleiros, membros de uma nobreza guerreira, treinada e preparada para combates, ainda lutavam sobre seus cavalos, o que demandava grande tempo para treinamento, e também dinheiro para a manutenção destes cavalos, e, dada a vantagem de estar sobre os animais, era mais difícil de serem atingidos pelos inimigos, exceto se fossem outros cavaleiros. Os camponeses recrutados, alguns como maneira de pagar seus senhores, não possuíam treinamento, armamento ou proteção. Duby se concentra em não apenas narrar as vestimentas e armas que os guerreiros estavam usando, mas em oferecer explicações e motivos que levaram estes a utilizar de determinado item de indumentária.

A ordem cavaleiresca já estava definitivamente consolidada no século XIII, e aqueles que faziam parte eram membros de uma elite nobre. Para se tornar um cavaleiro era preciso muito dinheiro, o treinamento era muito custoso, bem como os cavalos, as armas e indumentárias adequadas também. Outro fator era o tempo, os cavaleiros eram iniciados nas práticas desde que deixavam a infância, aos 7 anos, para que pudessem receber treinamento por vários anos para serem capazes de manusear a lança, montar a cavalo da forma correta, ensinados não apenas o treinamento de combate, que era extenso, mas também o modo de vida da cavalaria. E para isso, era necessário tempo de ócio para participar da vida cavaleiresca, e apenas os nobres possuíam tal ócio, bem como a autoridade para serem guerreiros.

Outro diferencial enriquecedor da obra de Duby é a escolha do uso da fonte, a crônica de Guilherme, o Bretão. Além de simplesmente tratar a fonte como um registro oficial da corte, logo, real, ele busca outros relatos da Batalha, como ‘Relatio Marchianensis de Pugna Bovinis’, composto em um mosteiro, e a primeira ressonância da batalha, bem como à Crônica de Flandres, e também uma crônica dos anos 1185-1217, redigida após 1220. Com a análise destes materiais, ele



complementou a obra, corrigindo alguns pontos e buscando uma verdade histórica de como ocorreu a batalha, ou ao menos, como esta foi narrada imediatamente após o acontecimento. E por conta dessa visão mais ampla que uma vasta gama de fontes que narram o mesmo acontecimento permitem, ele corrige a narrativa da crônica de Guilherme.

Em um desses momentos, é quando Duby está falando da guerra medieval e sua sacralidade, fazer guerra era um direito da nobreza, e ela deveria ser feita por um motivo justo, até mesmo santo. Mesmo com essa mentalidade, havia grupos de mercenários, recrutados entre os camponeses, que lutavam nas guerras ao lado dos exércitos, pois ao menos se tratavam de guerreiros com treinamento (Duby, 1993, p. 115). Estas companhias militares eram mal vistas, pois faziam guerra por motivos impuros, o dinheiro, e na narrativa oficial, o rei Filipe Augusto não usava destes mercenários em seu exército, e Duby categoricamente afirma que é falso, que havia, sim, mercenários contratados pelo rei da França (Duby, 1993, p.19). Entretanto, como eram associados ao diabo, que cometiam sacrilégios, saqueavam os camponeses que seu contratante deveria proteger, estupravam as mulheres e matavam os adversários sem piedade, não interessava ao rei e sua corte que essa visão se espalhasse, por isso na crônica oficial se negou a participação destes grupos mercenários na vitória do rei Filipe Augusto.

Para além destes fatores, Duby apresenta alguns motivos para a superioridade bélica dos cavaleiros sobre outros guerreiros, e aponta o torneio como uma delas (Duby, 1993, p.121). O torneio surgiu por volta do século XII, como um divertimento que ocorria nas feiras, e tinha funções técnicas, como o treinamento da cavalaria na prática, da esgrima com a lança, que ainda era novidade, e os cavaleiros que venciam os torneios, ou seja, conseguiam desarmar seus adversários, também eram aqueles que, no combate real, conseguiam vencer com maior facilidade. Ainda que houvesse uma proibição religiosa sobre esse tipo de entretenimento, havendo até mesmo punição para aqueles que morriam nos torneios como não serem sepultados na Igreja, alguns reis revogavam essa proibição como forma de permitir que seus cavaleiros tivessem mais uma oportunidade de treinar, e demonstrar, suas habilidades (Duby, 1993, p. 121-123).

Outro motivo pelo qual os cavaleiros queriam participar dos torneios, além da oportunidade de batalhar de forma amigável com outros cavaleiros, era o lucro. Como já mencionado, a cavalaria era uma muito custosa, e os torneios eram a única forma dos cavaleiros enriquecerem tão rapidamente quanto os comerciantes (Duby, 1993, p. 134). A transferência de



riqueza, afirma o autor, que ocorria nesses eventos poderia ser comparada à das doações piedosas, o que dava mais um motivo para que a Igreja condenasse esses eventos, já que era uma disputa pelo dinheiro dos fiéis.

Após discorrer sobre a batalha, guerra e a paz, Duby passa a analisar o nascimento do mito de Bouvines. Ao analisar centenas de registros históricos, anais das cortes, das abadias e mosteiros, Duby se deparou com uma menção pequena a esse dia conhecido como ‘o dia que fez a França’, com algumas regiões, como a Normandia, diretamente relacionada ao combate já que fora anexada novamente à França na mesma guerra, que somente fazia menção à batalha em um terço dos registros. Dos testemunhos escritos, nenhum deles menciona a batalha em mais do que algumas linhas, grande parte apenas situa o acontecimento temporal e espacialmente, alguns mencionam que houve uma grande quantidade de prisioneiros, outros apenas falam que a batalha ocorrera em um domingo, dia proibido (Duby, 1993, p. 195-202).

Nos relatos ingleses e alemães, onde ambos os reis foram derrotados, as poucas menções tratam de diminuir a glória capetíngia e amenizar a vitória dos franceses. Uma parte dos relatos ingleses menciona que Guilherme, o Marechal, não estava em Bouvines, e esse era o motivo da derrota, que os franceses estavam inseguros e queriam fugir, fala-se que Filipe Augusto foi salvo da morte por um cavaleiro, e que se não fosse por ele, o rei francês teria morrido e o final da batalha teria sido outro completamente diferente (Duby, 1993, p. 203-206). Com essas novas visões da batalha, Duby se pergunta se Guilherme, o Bretão, cronista do rei da França, não teria embelezado a vitória do rei. A crônica do reinado de Filipe, a Filípida, se centra ao redor da batalha de Bouvines, onde se percebe quase uma predestinação à vitória por meio da narrativa, iniciando no domingo, um dia santo onde não deveriam ocorrer batalhas, mas esta ocorreu em nome da vontade de Deus de que os franceses vencessem, o rei Otto se revelando, na verdade, um anticristo (Duby, 1993, p. 207- 210).

Outra questão que o autor aponta, é que o mito da batalha de Bouvines se centra sobre a mítica religiosa, onde a batalha não é uma disputa entre reis e cavaleiros, e sim entre os homens de Deus e os infiéis. Filipe, na crônica, não é velho, ardiloso, prudente e meio enferrujado como no que Duby chama de ‘história verídica’, mas é um herói destemido e abençoado por Deus. O momento da batalha de Bouvines é crucial no estabelecimento nacional francês, está intrinsecamente ligado ao momento que Filipe Augusto para de se referir a si mesmo como rei dos francos e passa a ser chamado de Rei da França. O mito da Batalha, do combate contra o mal



e a vitória santificada, pode também ser visto como um mito fundado do Estado Francês, com a crônica o comparando à César, Vespasiano, Tito, e Paris sendo tratada quase como uma ‘nova Roma’ (Duby, 1993, p. 212-215).

Duby percebe essa questão nacional francesa sendo adicionada às narrativas a respeito do Domingo de Bouvines desde seu surgimento, mas se fortifica com o passar do tempo e a morte de Filipe Augusto.

O que deve chamar a atenção é que o mito continua a ser enriquecido, mas com adjunções que agora se referem exclusivamente ao símbolo monarquista. Assim, duas inovações se estabelecem no centro dos relatos desse período. Ambas acrescentam dois gestos rituais às liturgias preliminares da batalha, gestos que exprimem mais claramente a aliança entre o soberano e a cavalaria que o serve. Pelo primeiro se vê fortalecida a função sacerdotal do rei coroado; [...] Do segundo, o embelezamento do relato. Evidente que a intenção é exaltar a coroa (Duby, 1993, p. 218-219).

Surgem narrativas de que o rei pede à Virgem Maria que a coroa não seja usurpada, que a coroa, física, estava presente no combate como símbolo maior da monarquia, juntamente com o estandarte de Carlos Magno. Passa a se atribuir à coroa um papel principal, acima do rei, a Coroa se torna uma instituição por si própria, um poder que existe acima do soberano e dos nobres. Nestas novas narrativas, Filipe Augusto tira a coroa da cabeça e oferece aos nobres, se estes acreditarem que podem realizar melhor governo, é também um ato de humildade, já que ele está se colocando à disposição de seus nobres (Duby, 1993, p. 220-223). Percebe-se uma narrativa construída pelos cronistas na qual se insere um sentimento nacional, de construção da França, que será largamente aproveitado no futuro pelos historiadores.

Duby, então, faz um aporte historiográfico a respeito de Bouvines, buscando as origens do mito de Bouvines, já que não fora imediatamente que se tomou a batalha como o ‘nascimento da França’. O autor afirma que nos finais do século XIV já não se mencionava a batalha, se mencionava o rei Filipe como o Conquistador da Normandia, mas esquecendo Bouvines. O confronto retorna a ser lembrado no século XVII, com uma breve menção em um livro a respeito das origens e progressos da monarquia francesa. A batalha se estabelece na memória popular no século XIX, com Guizot e o movimento romântico, que se referia à Filipe Augusto como o primeiro soberano francês e responsável por tornar a realeza nacional, citando Bouvines como uma vitória triunfal (Duby, 1993, p. 228-230).



Michelet também escreve a respeito da Batalha de Bouvines, ele, não dando todos os louros da vitória ao rei, e sim aos mercenários e outros guerreiros que faziam parte do exército francês. Thierry também discute a respeito da batalha, suscitando a febre do nacionalismo (Duby, 1993, p. 231-232). A partir de 1870, o tom da narrativa muda, o imperador alemão passa a ser o único inimigo do rei da França, sendo referido como hipócrita, brutal e egoísta pelo erudito Delpech. Bouvines, então, já está estabelecido na cultura popular e nas escolas é ensinado como a segunda manifestação do patriotismo francês e a “Primeira Vitória Nacional”, ainda no século XIX (Duby, 1993, p. 234-236).

Duby encerra o texto pensando na forma como Bouvines é retratada no século XX, o tom da narrativa que se desenrola se torna ainda mais agressivo, Bouvines é agora a primeira vitória dos franceses sobre os alemães, estes, sendo os maiores inimigos dos franceses durante a primeira metade do século. A expressividade das comemorações de Bouvines era muito menor do que as de Joana d’Arc, entretanto, a data era lembrada e comemorada pelos cidadãos e também pelo governo, assim como a Inglaterra comemorava Waterloo, a França comemorava a Batalha de Bouvines. Mesmo assim, após o final da 2ª Guerra, Bouvines passa a ser esquecida, deixa de ser mencionada pelos professores nas escolas, as memórias que envolviam guerras passadas, combates, passam a ser substituídas por memórias de bons reis, como São Luís, este sim, sendo merecedor de estar representado nos contos e memórias infantis (Duby, 1993, p. 236-242).

#### 4 CONCLUSÃO

O trabalho realizado por Georges Duby em Domingo de Bouvines é inovador ao propor essa historicização da narrativa, usando a narrativa como uma ferramenta para compreender a cultura francesa no período (Ruth, 2001, p. 822). Ele não apenas menciona sobre as vestimentas usadas pelos guerreiros no combate para construir uma ‘imagem mental’ do que seria uma batalha, ele se questiona e questiona suas fontes pelos motivos da escolha dessas vestimentas, como elas se diferenciavam de acordo com a classe e possibilidades dos guerreiros.

Entre outros pontos que Duby destaca em seu texto, a construção do personagem de Filipe Augusto como um guerreiro corajoso, bondoso e que tinha Deus ao seu lado também é analisada e pensada de forma crítica. Filipe Augusto, em suas crônicas, é retratado de uma maneira épica, o grande guerreiro que fez a vitória ser possível, que ofereceu sua própria coroa a seus guerreiros,



colocando a monarquia, representada pela coroa, acima de si próprio. Essa construção da memória de Filipe Augusto perpassa grandes heróis do período romano, como também Carlos Magno, e há ainda uma santificação de seus feitos.

Esta obra de Duby demonstra como um trabalho narrativo deve ser feito na atualidade, buscando contextualizar os leitores sobre o momento em que se ocorre, usando as aberturas que a fonte deixa para expandir os assuntos, como o autor fez com a figura do cavaleiro, dos torneios, dos guerreiros, entre outros atores do evento. Além de narrar o evento, de contar o que aconteceu e porque, ele se aprofunda trazendo as estruturas feudais da sociedade e um momento de mudança, como a monarquia, cavalaria, a concepção de guerra e de paz daquela sociedade estudada.

Duby se coloca como comentador dos eventos (Ruth, 2001, p. 828), enriquecendo, assim, sua obra com detalhes que outros historiadores que usaram da narrativa em outros períodos não poderiam fazer. É através da mudança de paradigmas do Annales que o historiador se insere como personagem na construção da história, e os historiadores positivistas não comentavam, abertamente, a respeito de suas fontes e desenrolavam as possibilidades que um pequeno pedaço da fonte poderia abrir para pensar toda a sociedade. Duby já inicia fazendo um trabalho inovador ao trazer para a história narrativa as motivações e estruturas da sociedade, com seu título sendo o Domingo de Bouvines, e a posterior explicação de por quais motivos uma batalha no domingo era tão chocante no período de acordo com a mentalidade a respeito da guerra e também da religião que vigorava.

Também, ao buscar as repercussões da memória da batalha, fazendo com que, o evento em si, o combate, fosse pano de fundo para as explicações, Georges Duby se distancia de uma história narrativa do modelo positivista, e se insere em algo que estava começando a surgir, uma nova forma de história-narrativa.



## REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: A escola dos Annales (1929-1989)**. 2°. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: A história entre certezas e Inquietudes**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

CREASY, E. S. Battle of Hastings. In:———. **The fifteen decisive battles: from Marathon to Waterloo**. New York: S. W. Green's Son, 1882, p. 149-178.

DUBY, Georges. **O domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

REIS, José Carlos. **A história: Entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora UNICAMP, 2008.

RUTH, Axl; HOLLAND, Jocelyn. The Battle of Bouvines: Event History vs. Problem History. **Modern Languages Note**, Baltimore, ed. 116, p. 816-843, Set. 2001.